

QUAL É A PROBABILIDADE DE UMA MULHER COM QUATRO OU MAIS FILHOS E BAIXO NÍVEL DE ESCOLARIDADE PERTENCER A CLASSE POBRE OU INDIGENTE?

Ana Roberta de Almeida (IC), (UNESPAR/FECILCAM), ana_robertaa@hotmail.com
Janete Leige Lopes (OR), (UNESPAR/FECILCAM), j_llopes@yahoo.com.br

RESUMO: Diversos estudos vêm apresentando evidências da associação negativa entre a escolaridade da mulher e a sua fecundidade. Este estudo teve como principal objetivo verificar qual é a probabilidade de uma mulher que possua 4 ou mais filhos e com baixo nível de escolaridade, pertencer à classe pobre ou indigente. Para atingir o objetivo proposto este estudo utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Apresentando uma análise estatística-descritiva das características sócio-econômicas das mulheres brasileiras entre 15 e 49 anos, os resultados comprovaram que mulheres que possuem um menor grau de escolaridade, possuem mais filhos e além disso possuem mais chances de estarem inseridas na classe de pobreza e indigência. Ao possuir um baixo nível de escolaridade este baixo índice atua de forma negativa sobre as oportunidades no mercado de trabalho e por consequência sobre sua renda.

PALAVRAS-CHAVE: *Escolaridade; Fecundidade; Mulher.*

INTRODUÇÃO

Para Martine (1996), nas últimas quatro décadas o Brasil apresentou um declínio na fertilidade, em vista disso, a taxa de crescimento da população caiu de 2,8% ao ano durante a década de 60 para menos de 1,5% na década de 90. No ano de 1980 as famílias brasileiras eram constituídas em média por 4,5 pessoas, uma média que cai para 3,4 pessoas no ano de 1990.

As quedas das taxas de fertilidade ocorridas no Brasil, durante o período acima citado, foram consideradas como intrigantes por muitos estudiosos, isto porque não havia sido realizada nenhuma ação para controlar o crescimento populacional [(Martine, 1996), (Lam e Duryea, 1999)].

Conforme dados da Síntese dos Indicadores Sociais (2010), a taxa média nacional de filhos por mulher diminuiu de 2,39 em 2000, para 1,94 no ano de 2009. Para os estudiosos essa queda nas taxas de fecundidade vem ocorrendo por diversas razões, entre elas: a acelerada mudança dos valores básicos da sociedade brasileira e a forte participação das mulheres no mercado de trabalho, além da renda familiar e do nível de instrução das mulheres.

Para Sorj *et al* (2007) diversos fatores podem explicar a redução da fecundidade, dentre os quais se citam: a incorporação dos métodos contraceptivos e as mudanças no papel social da mulher proveniente das lutas sociais pela igualdade de gênero. Estas modificações sociais geraram mudanças comportamentais nas questões relativas à maternidade e na identidade social da mulher. Além disso, a incorporação da mão-de-obra feminina e o empobrecimento generalizado observado nos anos 1990 reforçaram o declínio no número de filhos.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda aparece como determinante do tamanho das famílias, sendo o número de filhos e de pessoas inversamente proporcional à renda familiar.

As mulheres morando em domicílios com renda per capita abaixo de 1/4 de salário mínimo, ou sem instrução, possuíam taxas de fecundidade acima de 5 filhos. Portanto, a alta fecundidade estava ligada à situação de pobreza. Porém, o autor faz uma alerta sobre a interpretação desses dados, isto porque algumas pessoas os interpretam como se alta fecundidade provocasse a pobreza.

Para Alves (2011) uma família com renda per capita até ¼ do salário mínimo no ano de 1999 possuía, em média, 5 pessoas, à medida que uma família com renda per capita com mais de 5 salários mínimos possuía, em média, 2,7 pessoas.

Lopes e Pontili (2010), também observaram em seu estudo que quanto maior a renda familiar, menor são as chances de uma mulher possuir muitos filhos.

Conforme o estudo realizado por Neri (2005) para Fundação Getúlio Vargas intitulado: “Perfil das Mães Brasileiras”, quanto maior a pobreza e menor a densidade demográfica, maiores são os índices de fecundidade. Este estudo demonstrou também que as taxas de fecundidade mais baixas são encontradas em Santos, Niterói e São Caetano, onde os índices de pobreza são menores. Segundo este estudo, quando se reduz 10% do índice de pobreza ocorre uma queda de 2.4% da fecundidade (mantendo a densidade constante, isto é, isolando o efeito pobreza); havendo um aumento de 10% na densidade populacional leva a uma queda de somente 0.27% na taxa de fecundidade.

O estudo acima afirma ainda que o maior problema das regiões subdesenvolvidas é o número de filhos, por mãe, que acaba desfavorecendo a qualidade da educação dos filhos, como fora observado no ranking de desenvolvimento humano o município de Jordão, localizado no Acre ocupa a penúltima posição nessa escala, tal cidade apresenta a menor presença de mães entre as mulheres. Isto é, ter mais mães entre as mulheres é bom, contudo ter muitos filhos entre as mães é prejudicial para os indicadores.

Ainda de acordo com o texto “Perfil das Mães Brasileiras”, nas últimas seis décadas houve uma evolução na taxa de fecundidade. Tal taxa se manteve entre 6,3 e 5,8 filhos por mulher, havendo um forte decréscimo nas décadas de 70 (de 5,8 filhos por mulher em 1970 para 4,4 em 1980) e 80 (para 2,9 filhos por mulher em 1991) e relativamente menor na década de 90 (2,3 filhos por mulher em 2000).

Para Alves (2011), as mulheres residindo em domicílios com renda per capita inferior a 1/4 de salário mínimo ou sem instrução alguma possuíam mais de 5 filhos. Ou seja, os altos níveis de fecundidade estavam ligados à situação de pobreza. Contudo, o autor faz uma ressalva sobre a análise

desses dados, uma vez que algumas pessoas os interpretam como se alta fecundidade provocasse a pobreza. Porém, na realidade são duas variáveis que se fortaleciam mutuamente. Ou mesmo, pode-se dizer que a pobreza provocava um aumento da fecundidade, na medida em que a população de baixa renda e baixo nível de escolaridade não tinha acesso às políticas públicas, especialmente aquelas de regulação da fecundidade.

Outro fator apontado pelos pesquisadores que atuou como redutor na taxa de fertilidade no Brasil foi a escolaridade, estudos realizados por Rosenzweig e Schultz (1985), Weinberger, Lloyd e Blanc (1989), Strauss e Thomas (1995), demonstraram que há uma relação oposta entre “anos de estudo” e “número de filhos”. De acordo com estes autores quanto maior o nível de educação das mulheres, menor a quantidade de filhos desejados.

Ainda de acordo com o IBGE (2000), no que diz respeito ao nível de escolaridade, observa-se que as mulheres que possuíam menos de quatro anos de estudo tinham, em média, 3,1 filhos, uma média que caía para 1,6 filhos quando as mesmas possuíam mais de 8 anos de estudo.

Apesar do relacionamento negativo entre o nível de educação da mulher e fertilidade seja um tema discutido na literatura, as causas que fazem com que ocorra este relacionamento tem sido muito debatida por diversos estudiosos. De acordo com Mason (1986), a redução no número de nascimentos é proveniente da autonomia feminina resultante do seu grau de educação, que por consequência leva a mulher a casar-se mais tarde, fazer uso de métodos contraceptivos e, dessa maneira, ter baixa fertilidade.

Têm sido unânime entre os pesquisadores de que o aumento na escolaridade atua de forma maximizadora e positiva sobre as oportunidades no mercado de trabalho e sobre os salários, de forma que as mulheres acabam por substituir as atividades no lar por atividades laborais fora de casa, provocando assim um efeito negativo sobre a fertilidade (Schultz, 1993).

No Brasil, autores como Lam e Duryea (1999), Martine (1996) e Merrick e Berquó (1983), sugeriram em suas pesquisas que o grau de escolaridade da mãe explica grande parte da redução da fertilidade, uma vez que em função do seu nível de educação a mulher se torna mais independente.

De acordo com estudos realizados por Lopes e Pontili (2010), pode-se observar que quanto maior o tempo de estudo, menor a possibilidade de a mulher possuir um elevado número de filhos. Assim sendo, provavelmente estas variáveis estejam relacionadas, dado que mulheres que se dedicam intensamente aos estudos e se preocupam com o ingresso no mercado de trabalho o que faz com que estas adiem os planos relacionados à constituição de uma família.

Da mesma forma que um maior nível de escolaridade age de forma positiva sobre as oportunidades no mercado de trabalho, gerando assim melhores condições de saúde e aumentos que

contribuem de forma direta para a sua ascensão no mercado de trabalho, observa-se também que o baixo nível de escolaridade coopera com a falta de renda, já que o mesmo atua de forma negativa sobre as oportunidades no mercado de trabalho e dessa maneira, as mulheres se submetem a realização de trabalhos informais, sem garantias trabalhistas alguma, colaborando assim com o crescimento da pobreza e condições psicológicas para a educação sadia de seus filhos.

Segundo estudos realizados por (Pochmann, 2001), a condição de vida das mulheres da classe pobre, é oriunda das necessidades primárias de sobrevivência, fatores estes que acabam por propiciar os baixos níveis de escolaridade reduzindo as chances de enfrentamento e competição diante das exigências do atual mercado de trabalho, onde o aumento do nível educacional do trabalhador é imprescindível.

Martine (1996) aponta que o processo de modernização que ocorreu nos anos de 1950 e 1960 levou a uma intensificação da migração rural-urbana, criando assim o crescimento da sociedade de consumo e por consequência, um acréscimo no custo da educação dos filhos. Em um estudo realizado por Wolfe *et al.* (1980), sobre a Nicarágua, observou que o bem estar sócio-econômico está diretamente ligado a urbanização. Os autores observaram também que mulheres residentes na área urbana possuem maior preocupação com escola, saúde e nutrição.

De acordo com Santos *et al.* (2009), normalmente as famílias rurais possuem um maior número de filhos em relação as famílias urbanas. Esse fato provavelmente ocorre porque o custo de se ter uma criança adicional no meio rural é inferior ao meio urbano. As sociedades agrícolas tradicionais acabam por investir menos em suas crianças e dessa maneira estas últimas podem gerar um maior fluxo de renda mais cedo se comparadas às crianças que residem no meio urbano, ajudando nas tarefas agrícolas.

Procurando contribuir com o tema “fecundidade”, este estudo tem como principal objetivo verificar qual é a probabilidade de uma mulher que possua quatro ou mais filhos e com baixo nível de escolaridade, pertencer à classe pobre ou indigente. Acredita-se que este estudo revelará que quanto menor o índice de escolaridade, maior o número de filhos e por consequência uma maior probabilidade desta mulher estar inserida na classe de pobreza ou indigência.

Nesse sentido, optou-se por dividi-lo em 4 seções, além dessa introdução. Na segunda seção encontra-se a metodologia e base de dados. Na terceira seção são apresentados os resultados e discussões e finalmente na quarta e última seção apresentam-se as considerações finais do estudo.

3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

O trabalho aqui desenvolvido selecionou a população feminina com idade entre 15 e 49 anos, pois é nessa faixa etária que as mulheres são consideradas em condições de ter filhos e também as principais características dessa população que seriam objeto deste estudo. Para a obtenção de tais informações, a base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do ano de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD refere-se a um sistema de pesquisas domiciliares que foi implantado a partir de 1967 com a função de produzir informações básicas, que permitam analisar e estudar o desenvolvimento socioeconômico de nosso país. Desde 1971, os levantamentos da PNAD são anuais, com realização no último trimestre de cada ano e, para este trabalho fora selecionado a base de dados pesquisada no ano 2009.

A metodologia da presente pesquisa basear-se-á na inferência estatística, a qual “baseando-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procura inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada” (MARTINS e DONAIRE, 1988, p. 18).

Tomada esta decisão, da PNAD de 2009 foram selecionadas as observações referentes ao Brasil. Destas, identificou-se as mulheres com idade entre 15 e 49 anos, que declararam ser cônjuges ou responsáveis pela família, pois do contrário havia a possibilidade de se manter duas ou mais mulheres de uma mesma família no banco de dados. Posteriormente, foi possível elaborar os gráficos apresentados na próxima seção, que permitem analisar o perfil socioeconômico dessas mulheres.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem por objetivo apresentar, através de uma análise estatística, o quadro socioeconômico das mulheres que possuem quatro ou mais filhos e com baixo nível de escolaridade.

O gráfico 1, apresenta a população feminina do Brasil com idade entre 15 e 49 anos, a qual totaliza 36.611.820. Foram selecionadas as mulheres nessa faixa etária, pois são entre essas idades que a maioria das mulheres é considerada em condições de ter filhos. Observa-se que as entrevistadas entre 30 e 34 somam 18,01% de tal contingente.

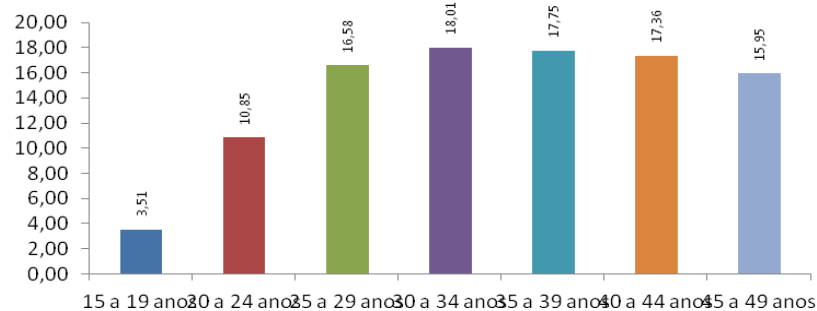


Gráfico 1: Total da população brasileira feminina, de 15 a 49 anos.
 Fonte: Elaboração Própria a partir da PNAD/2009

Procurando saber em que região se concentra o maior número de mulheres com três ou mais filhos, pode-se verificar no Gráfico 2, que a maioria dessas mulheres residem na região Sudeste (SE). Nesta região somam 14.981.567 mulheres, o que corresponde a 40,92% do total de mulheres entre 15 e 49 anos. A região Nordeste (NE) do Brasil também merece destaque, uma vez que se verifica 10.172.361 de mulheres nessa situação, o que corresponde a 27,78% dessa população feminina no Brasil.

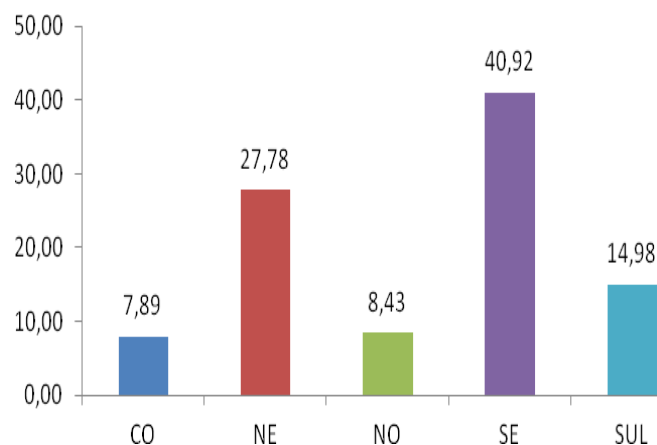


Gráfico 2: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, segundo a região de residência
 Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009

O Gráfico 3, apresenta o percentual da população feminina do Brasil com idade entre 15 e 49 anos, segundo sua zona de residência. Observa-se que do total de entrevistadas, 85,21% ou seja, 31.196.384 declararam residir na zona urbana, e apenas 14,79% totalizando 5.415.436 no meio rural.

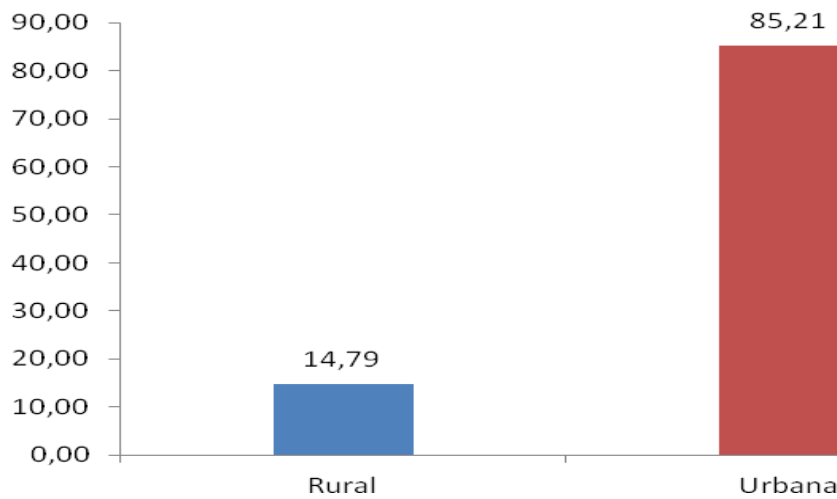


Gráfico 3: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, segundo a zona de residência. Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

Dando sequencia a análise, este gráfico concentra a atenção no nível de escolaridade das mulheres entre 15 e 49 anos. Observa-se que 32,27%, ou seja 11.814.489 de mulheres só possuem até a sétima série completa, observou-se ainda que 2.497.786 não possuíam nível de instrução algum, um fator alarmante visto que ao possuir um baixo nível de escolaridade o mesmo alimenta a falta de renda, uma vez que a falta de escolaridade atua de forma negativa sobre as oportunidades no mercado de trabalho, corroborando assim com a maximização da pobreza e a minimização de condições materiais e psicológicas para a educação sadia de sua prole.

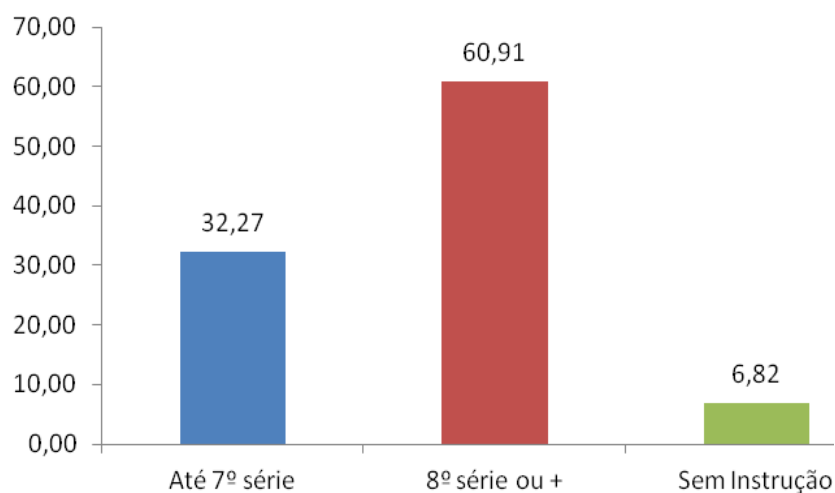


Gráfico 4: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, segundo o nível de escolaridade. Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009

De acordo com o Gráfico 5, podemos analisar o percentual de mulheres entrevistadas segundo o número de filhos. De um total de 36.611.820 mulheres, 29,76% possuem dois filhos, e apenas 14,04% não possuem nenhum filho.

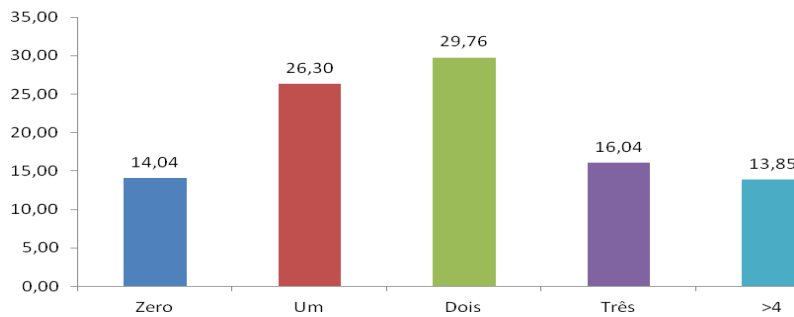


Gráfico 5: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, segundo o número de filhos.
 Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009

No gráfico 6, apresenta-se o percentual de mulheres entre 15 e 49 anos, segundo sua situação econômica. Observa-se que 19,59% do total dessas mulheres, pertencem a população pobre, ou seja, 7.171.675 mulheres. É considerado vivendo em situação de pobreza todas as pessoas que possuem renda mensal inferior a meio salário mínimo. Já as pessoas que possuem o rendimento inferior a um quarto do salário mínimo são classificadas como indigente.

Em relação à situação de indigência, nota-se que 15,53% dessas mulheres pertencem a esta população, o que corresponde a 5.686.503 mulheres vivendo com 1/4 do salário mínimo por mês.

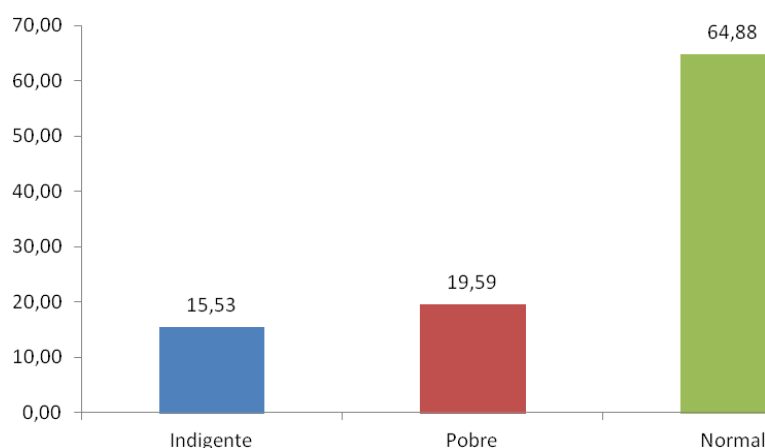


Gráfico 6: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, vivendo em situação de pobreza e indigência.
 Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009

No Gráfico 7 fora analisado o percentual de mulheres em relação ao número de filhos e sua situação de renda.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda aparece como fator determinante do tamanho das famílias, sendo o número de filhos e de pessoas inversamente proporcional à renda familiar.

De acordo com o Gráfico 7 podemos confirmar tal fato. Observa-se que quanto maior a quantidade de filhos maior a concentração de mulheres vivendo em situação de pobreza e indigência, analisa-se que ao se possuir quatro filhos ou mais a concentração de mulheres vivendo em situação de pobreza e indigência é de 31,49% e 29,75% respectivamente, e quando se observam as mulheres que não possuem nenhum filho tais percentuais são reduzidos para 7,77%, isto é 399.337 mulheres vivendo em situação de indigência e 7,98% em situação de pobreza.

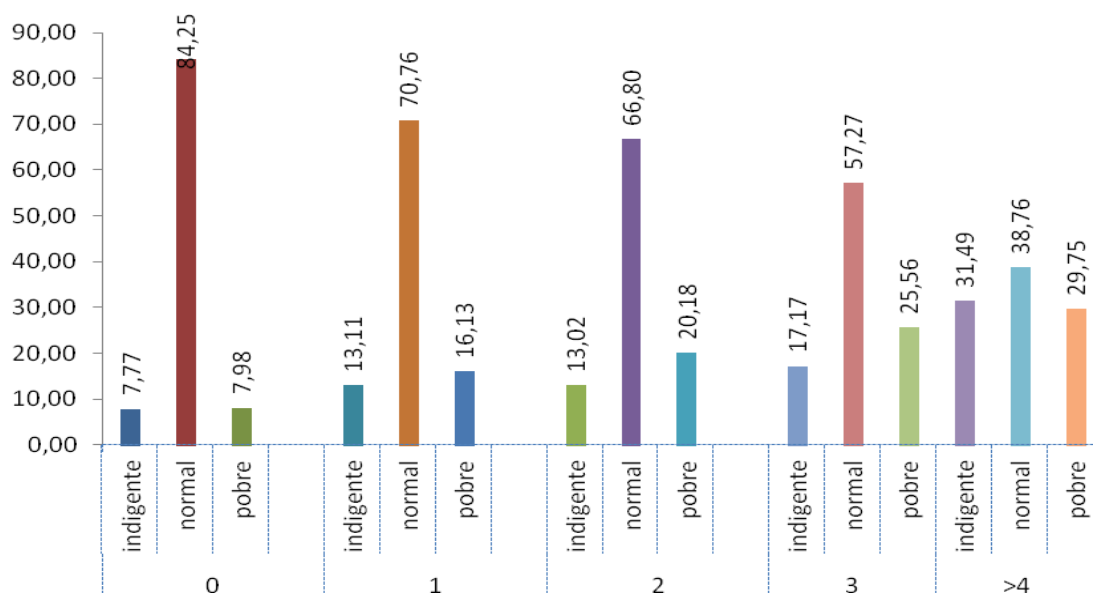


Gráfico 7: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, em relação a número de filhos vivendo em situação de pobreza ou indigência.

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009

No Gráfico 8, observa-se o nível de escolaridade em relação a situação de renda, neste sentido analisa-se que quanto menor o índice de escolaridade maior o percentual de mulheres vivendo em situação de pobreza ou indigência. Concentrando a atenção nas mulheres que não possuem instrução alguma observa-se que há 791.572, isto é 31,69% de mulheres vivendo em situação de indigência, isso deve-se ao fato que quanto menor o índice de escolaridade dessas mulheres menores as chances de

obterem uma boa profissão no futuro, analisa-se que ao possuir um menor nível de escolaridade há um alto favorecimento para a falta de renda, uma vez que um índice menor de anos de estudo atua de forma negativa e impactante sobre as oportunidades no mercado de trabalho, contribuindo assim com a maximização da pobreza.

De acordo com estudos realizados por Rosenzweig e Schultz (1985), Weinberger, Lloyd e Blanc (1989), Strauss e Thomas (1995), observou-se que há uma relação inversa entre “anos de estudo” e “número de filhos”. Tais autores afirmam que quanto maior o nível de educação das mulheres, menor a quantidade de filhos desejados.

Dessa maneira confirma-se aqui, um fato já destacado por diversos pesquisadores sobre o número de filhos e o nível de educação, mulheres que possuem mais anos de estudo acabam por possuir menos filhos.

Mason (1986), destaca que tal redução nos índices de fertilidade é proveniente da autonomia feminina resultante do seu grau de educação, que por consequência leva a mulher a casar-se mais tarde, fazer uso de métodos contraceptivos e, dessa maneira, ter baixa fertilidade.

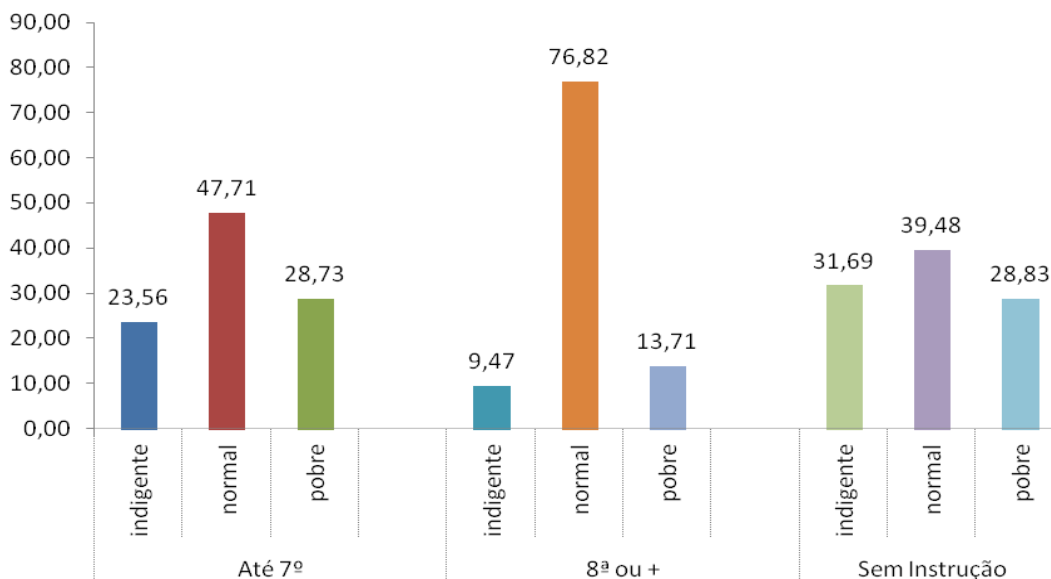


Gráfico 8: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, em relação a nível de escolaridade e situação de renda.

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009

Finalmente, este estudo apresenta, no gráfico 9, o percentual de mulheres em relação ao seu nível de escolaridade, número de filhos e situação de renda. Ao considerar somente mulheres com 4

filhos ou mais observa-se que ao não possuir instrução alguma há uma concentração maior dessas mulheres vivendo em situação de pobreza e indigência sendo 43,52% e 31,97% respectivamente.

Quando se analisa mulheres que concluíram a 8ª série podemos perceber que eses índices caem para 17% em situação de indigência e 24,61% em situação de pobreza.

Ainda analisando mulhres que concluíram a 8ª série e não possuem nenhum filho, observa-se que o percentual de mulheres vivendo em situação de renda normal é de 88,58%

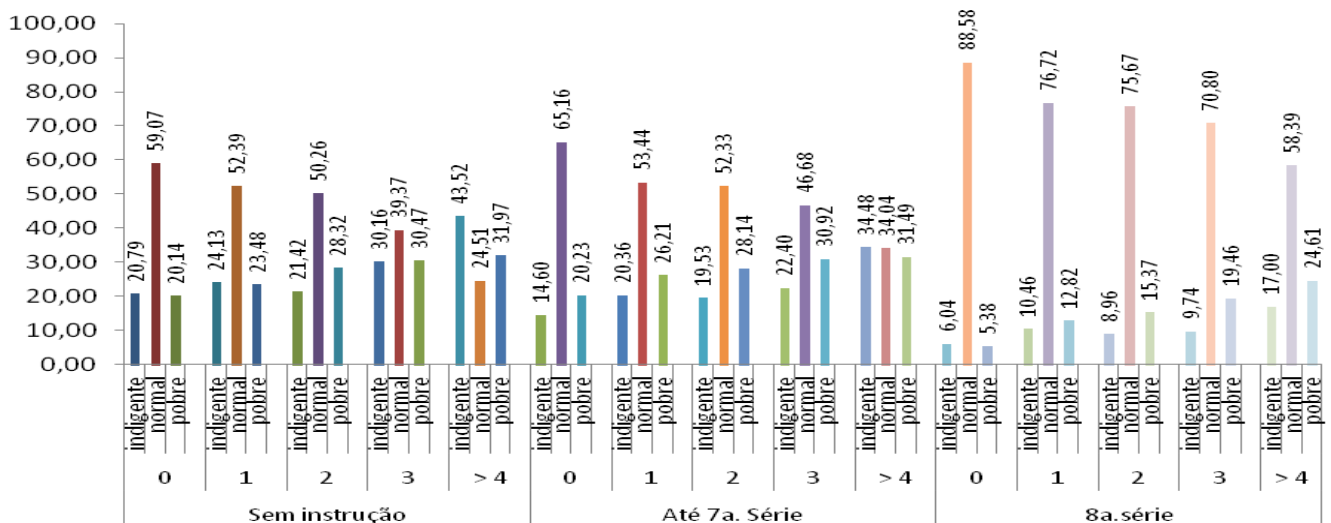


Gráfico 9: Total da população feminina entre 15 e 49 anos, em relação a nível de escolaridade, número de filhos e situação de renda.

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009

CONSIDERACOES FINAIS

Esta pesquisa teve como proposta inicial apresentar uma análise da inter-relação entre fecundidade, anos de estudo e baixo nível de escolaridade e probabilidade desta mulher pertencer a classe pobre e indigente. Para tanto, foram realizadas análises estatísticas descritivas de características socioeconômicas de mulheres entre 15 e 49 anos, uma vez que nesta idade as mulheres são consideradas em condições de possuir filhos.

Observou-se que das 31.196.384 entrevistadas, ou seja, 85,21% declararam residir na zona urbana, e apenas 14,79% no meio rural.

Em relação ao nível de escolaridade, 32,27% dessas mulheres declararam só possuir até a sétima série completa, detectou-se ainda que 2.497.786 não possuíam nível de instrução algum.

Os resultados mostraram que, do total de mulheres entre a faixa etária escolhida, 7.171.675 pertencem à população pobre e 5.686.503 estão em situação de indigência, tais dados merecem preocupação, uma vez que erradicar a pobreza são condicionantes para alcançar o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Em relação ao nível de escolaridade e situação de renda, concentrando a atenção nas mulheres que não possuem instrução alguma observou-se 31,69% da amostra selecionada vivem em situação de indigência, isso deve-se ao fato que quanto menor o índice de escolaridade dessas mulheres, menor es as chances de obterem melhores oportunidades profissionais no futuro.

Ao observar a relação a nível de escolaridade, número de filhos e situação de renda, e considerar mulheres com 4 filhos ou mais verificou-se que ao não possuir instrução alguma há uma concentração maior dessas mulheres vivendo em situação de pobreza e indigência sendo 43,52% e 31,97% respectivamente.

Ao analisar o grupo de mulheres que concluíram a 8ª série pode-se verificar que esses índices caíram para 17% em situação de indigência e 24,61% em situação de pobreza.

Ao analisar as mulheres que concluíram a 8ª série e que não possuem nenhum filho, observou-se que o percentual de mulheres vivendo em situação de renda normal é de 88,58%

Dessa maneira prova-se aqui, que quanto mais baixo o nível de escolaridade, maior o número de filhos e, portanto, maior a probabilidade destas mulheres pertencem a população pobre ou indigente.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **Fecundidade e pobreza**. O Pensador Selvagem, Florianópolis, p. 1 - 3, 24 jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE detecta mudanças na família brasileira**. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2006/dezembro-2006/ibge-detecta-mudancas-na-familia-brasileira/>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **SIS 2010: Mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1> Acesso em: 27 jan. 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2000.shtm>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **Síntese Dos Indicadores Sociais 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 27 jan 2012.

LAM, D.; DURYEA, S. Effects of Schooling on fertility, labor Supply, and Investments in Children, with Evidence from Brazil. **The Journal of Human Resources**, v. XXXIV, n. 1, p.159-192, 1999.

LAM, D.; SEDLACEK, G.; DURYEA, S. Increases in Women's Education and Fertility Decline in Brazil. **Paper Presented.** IUSSP Conference on the Peopling of the Americas. Vera Cruz, Mexico, 1992.

LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. **Renda familiar e educação como fatores condicionantes do aumento da taxa de fertilidade: uma análise para a região sul do brasil.** Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20social%20e%20pol%EDticas%20p%FAblicas/Renda%20familiar%20e%20educa%E7%E3o%20como%20fatores%20condicionantes%20do%20aumento%20da%20taxa%20de%20fertilidade.pdf>. Acesso em: 27 jan 2012.

MARTINE, G. Brazil's Decline, 1965-95: A fresh Look at Key Factors. **Population and Development Review**, v. 22, n. 1, p. 47-75, mar. 1996.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DONAIRE, Denis. **Princípios de estatística.** São Paulo: Atlas, 1988.

MASON, K. O. The Status of Women: Conceptual and Methodological issues in Demographic Studies. **Sociological Forum**. n.1, p 284-300. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

MERRICK, T, W.; BERQUÓ, E. **Determinants of Brazil's Recent Fertility Decline. In.: The Determinants of Brazil's recent Rapid Decline in Fertility.** Washington: National Academy Press, 1983, p. 79-114.

NERI, C. Marcelo, **Perfil das Mães Brasileiras.** - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2005. [23] p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/CD_Maes/Apresentacao/MAE_texto_FIM_versaocurtaFINAL_link.pdf> Acesso em: 12 dez. 2011.

POCHMANN, Marcio. **Educação e Trabalho:** como desenvolver uma relação virtuosa. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 2010.

ROSENZWEIG, M.; SCHULTZ, T. P. The Demand and Supply of Births. **American Economic Review**, v. 75, p. 992-1015, 1985.

SANTOS, Anderson Moreira Aristides Dos; SOUZA, Edler Angelino de; TEJADA, César Augusto Oviedo; JACINTO, Paulo de Andrade. **Determinantes Sócio-econômicos da fertilidade no Brasil.** Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/13/1009.pdf>> Acesso em: 27 jan 2012.



SORJ, B. ; FONTES, A.; MACHADO, D. C. **Políticas e práticas de conciliação: Entre família e trabalho no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

SCHULTZ, T. P. Returns to Women's Education. In.: KING, E. M.; HILL, M. A. **Women's Education in Developing Countries: Barriers, Benefits and Policies.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

STRAUSS, J.; THOMAS, D. Human Resources: Empirical Modelling of Household and Family Decisions. In.: BEHRMAN, J.; SRINIVASSAN, T. N. **Handbook of Developing Economics.** Amsterdam: North Holland Press, vol. 2, 1995.

WEINBERGER, M. B.; LLOYD, C.; BLANC, A. K. Women's Education and Fertility: A Decade of Change in four Latin American Countries. **International Family Planning Perspectives**, v. 15, n. 1, p. 4-14, mar. 1989.

WOLFE, B. L.; BEHRMAN, J. R.; BELLI, H.; CAIRNS, K.; WILLIAMSON, N. **Socioeconomic characteristics of Women in a Developing Countries and the degree of Urbanization.** Institute for Research on Poverty, sect. 1980, p. 655-681, (discussion papers).